



# Termos de referência

## Consultoria de auditoria e suporte juridico

**Encomendante:** Associação DPAC Fronteira

**Projeto relacionado:** Oyapock Cooperação Saúde – Empowerment

**Data de redação:** Junho de 2025

**Local:** Oiapoque, Brasil (com possibilidade de trabalho remoto e deslocamentos ao local)

---

### 1. Contexto e justificativa da missão

A associação DPAC Fronteira, ator-chave brasileiro na mediação social e na prevenção em saúde sexual e reprodutiva na fronteira franco-brasileira, segue seu processo de estruturação em um contexto de crescimento e complexificação crescente de suas atividades. Avaliações e diagnósticos anteriores evidenciaram a necessidade de reforçar a conformidade jurídica, a gestão de riscos e a capacidade de atender às exigências dos financiadores e à legislação brasileira. O acompanhamento jurídico é, portanto, essencial para garantir o funcionamento seguro da associação, a conformidade de suas práticas e a sustentabilidade de suas ações em um ambiente nacional e transfronteiriço.

---

### 2. Objetivos da missão

**Objetivo geral:**

Realizar uma auditoria jurídica aprofundada da associação DPAC Fronteira e acompanhar a estruturação de suas práticas jurídicas, assegurando a conformidade, a segurança jurídica e a eficácia operacional da organização.

**Objetivos específicos:**

- Avaliar a conformidade dos estatutos, regulamentos internos, contratos e procedimentos com a legislação brasileira e os padrões internacionais aplicáveis às ONGs.
- Analisar os riscos jurídicos relacionados às atividades, convênios, parcerias e financiamentos da associação.
- Examinar a gestão jurídica dos recursos humanos (contratos, descrições de cargos, procedimentos disciplinares, proteção social).
- Acompanhar a atualização e a regularização dos documentos jurídicos (estatutos, regulamentos, contratos, convênios de parceria, delegações de poder).

- Capacitar e sensibilizar a equipe diretiva e os responsáveis operacionais quanto às obrigações legais e às boas práticas em governança associativa, gestão contratual, proteção de dados, direito do trabalho e prevenção de riscos.
  - Propor um plano de ação operacional para reforçar a conformidade jurídica e a gestão de riscos da associação.
  - Formular recomendações para melhorar a conformidade, a eficácia, a transparência e a sustentabilidade da organização, considerando o contexto local e as exigências dos parceiros e financiadores.
- 

### 3. Resultados esperados e entregáveis

- Diagnóstico jurídico detalhado: panorama da conformidade dos estatutos, contratos, procedimentos e práticas jurídicas da associação.
  - Análise de riscos: identificação dos principais riscos jurídicos e recomendações para sua mitigação.
  - Plano de ação operacional: recomendações priorizadas, cronograma de implementação, modelos de documentos padrão.
  - Acompanhamento para conformidade: apoio na redação ou atualização dos principais documentos jurídicos.
  - Sessões de capacitação: oficinas ou módulos de sensibilização para a equipe da DPAC.
  - Apresentação oral dos resultados para a governança e os parceiros do projeto.
  - Síntese executiva para os financiadores e parceiros.
- 

### 4. Metodologia proposta

- Análise documental: revisão dos estatutos, regulamentos, contratos, convênios, acordos de parceria, procedimentos de RH, etc.
  - Entrevistas individuais e coletivas com a governança e parceiros-chave (IDSanté, financiadores).
  - Auditoria de procedimentos e práticas: verificação da conformidade das práticas correntes com a legislação e os padrões aplicáveis.
  - Benchmark com ONGs atuantes em contextos semelhantes.
  - Acompanhamento e formação: sessões formativas, coaching, elaboração de materiais práticos.
  - Oficinas participativas para apresentação dos achados e co-construção das recomendações.
- 

### 5. Perfil do consultor ou da equipe

- Formação superior em Direito no Brasil (mínimo graduação +4 anos), com especialização em direito das associações, direito do trabalho, direito internacional ou direito das ONGs.

- Experiência comprovada (mínimo 5 anos) em auditoria jurídica, assessoria ou fortalecimento de capacidades de ONGs/associações, preferencialmente no contexto brasileiro.
  - Conhecimento aprofundado da legislação brasileira aplicável às associações e dos desafios de conformidade enfrentados por ONGs.
  - Domínio do português obrigatório.
  - Experiência em formação e assessoria jurídica voltada para públicos não jurídicos.
  - Habilidades de análise, síntese, pedagogia e facilitação participativa.
- 

## 6. Duração e cronograma

- Duração estimada da missão: 20 a 25 dias úteis, distribuídos ao longo de 4 meses, com estadia obrigatória em Oiapoque.
  - Período de execução: outubro de 2025 a março de 2026 (datas a definir com o contratante).
  - Entregáveis intermediários: nota metodológica, plano de entrevistas, versão preliminar do diagnóstico.
  - Entregável final: relatório de auditoria, plano de ação, síntese executiva.
- 

## 7. Modalidades de candidatura

Os consultores interessados devem enviar:

- Um currículo detalhado e uma carta de motivação
- Uma nota metodológica (máximo 2 páginas) detalhando a compreensão da missão, a metodologia prevista e o cronograma proposto
- Uma proposta financeira
- Referências de missões similares

**Data limite de envio:** 20 de julho de 2025

Para: [janemillerap@gmail.com](mailto:janemillerap@gmail.com)

Cópia para: [rhodes.sophie@idsante.eu](mailto:rhodes.sophie@idsante.eu) e [laporte.coline@idsante.eu](mailto:laporte.coline@idsante.eu)